



PSICOLOGIA NA PRÁTICA JURÍDICA: A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO JURÍDICO NO DIREITO DA FAMÍLIA

Lana Karoline Soares Ferreira ¹
João Camilo de Souza Junior ²

RESUMO

Introdução: Desde tempos remotos, tem existido uma incessante busca pelo entendimento dos conhecimentos que permeia a mente humana. A Psicologia Jurídica constitui-se pela inter-relação entre direito e psicologia, e é um dos campos de conhecimento e de investigação dentro da psicologia, seus setores são diversos. **Objetivo:** Esta pesquisa tem como objetivo descrever e enfatizar o trabalho do psicólogo jurídico e a sua importância dentro do campo no direito da família. Deste modo, o trabalho tem como objetivo discorrer acerca desta atuação e principais desafios encontrados em tal campo de atuação. **Metodologia:** Esta pesquisa trabalha dentro dos pressupostos metodológicos de cunho qualitativo, realizando estudo bibliográfico acerca do tema abordado. **Resultado:** A revisão da literatura acerca da atuação do Psicólogo no âmbito jurídico destacou suas contribuições significativas, bem como identificou desafios, incluindo o conflito entre objetivos legais e psicológicos, a necessidade de manter a imparcialidade e as desigualdades no acesso aos serviços psicológicos em disputas familiares. A atuação do psicólogo jurídico é fundamental para promover o bem-estar das famílias e melhorar o sistema judiciário, mas requer contínua reflexão e aprimoramento para otimizar seus benefícios e superar os desafios. **Conclusão:** O presente trabalho destaca que a atuação do Psicólogo Jurídico no Direito da Família desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar das famílias e na melhoria do sistema judiciário. No entanto, também existem desafios, como o conflito entre objetivos legais e psicológicos, a necessidade de manter a imparcialidade e as desigualdades no acesso aos serviços psicológicos.

Palavras-chave: Psicanálise; Intervenção; Infância.

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia Jurídica constitui-se pela inter-relação entre direito e psicologia, é um dos campos de conhecimento e de investigação dentro da psicologia, seus setores são diversos, embora os mais tradicionais adotem os fóruns e as prisões como espaço de atuação, onde sua função principal é auxiliar, contribuir e investigar a saúde psicológica e o bem-estar dos envolvidos. Os institutos jurídicos e a expressão da subjetividade humana se auxiliam e se completam (Lago et al., 2009).

De acordo com Santos e Nascimento (2021), tanto a Psicologia quanto o Direito são campos científicos voltados para a compreensão do comportamento humano. A Psicologia Jurídica colabora com o Direito no planejamento de medidas para proteger os Direitos Humanos e combater a violência, entre outros aspectos. Portanto, o psicólogo jurídico enfrenta desafios em seu trabalho, já que precisa ter o conhecimento necessário para aplicar estratégias, técnicas e instrumentos em suas práticas psicológicas.

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Mário Palmério.

² Mestre em Psicologia, docente no Centro Universitário Mário Palmério.



Este trabalho possui como objetivo geral discorrer sobre a Psicologia Jurídica e suas origens, bem como a relação da psicologia com o direito e suas respectivas áreas de atuação. Como objetivo específico, o trabalho tem por descrever o papel do Psicólogo Jurídico, analisar a inserção da psicologia jurídica e sua relação com o direito, destacando como objeto, a atuação do setor de psicologia na vara de família. A compreensão aprofundada da Psicologia Jurídica é crucial para abordar e enfrentar os desafios presentes nas dinâmicas familiares, visando um impacto positivo na sociedade. Ao contribuir para esse campo, busco promover decisões judiciais mais informadas e sensíveis, que não apenas atendam às demandas legais, mas também considerem as necessidades emocionais das partes envolvidas, contribuindo assim para o fortalecimento do tecido social.

A complexidade emocional e social dessas questões demanda uma abordagem interdisciplinar, envolvendo conhecimentos jurídicos e psicológicos. Este trabalho visa preencher essa lacuna ao destacar a contribuição da Psicologia Jurídica para informar decisões judiciais mais justas e sensíveis. Além disso, busca enriquecer o campo acadêmico ao promover a integração de teorias psicológicas com práticas legais, contribuindo para o desenvolvimento contínuo do conhecimento nessa área específica. De que forma o psicólogo pode atuar no âmbito jurídico? Quais as capacitações necessárias? Qual o papel do psicólogo jurídico na vara da família? A atuação do psicólogo jurídico desempenha um papel essencial no contexto do Direito da Família, pois a compreensão das dinâmicas familiares e o suporte emocional oferecido às partes envolvidas contribuem para a tomada de decisões mais informadas, a redução de litígios prolongados e a promoção do bem-estar das crianças e dos adultos. A pesquisa explorará como a intervenção psicológica influencia as decisões judiciais, a resolução de conflitos e o processo de adaptação das famílias em transições, como divórcios e disputas de guarda, bem como o impacto disso na eficácia do sistema jurídico e no equilíbrio emocional das partes interessadas.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa trabalha dentro dos pressupostos metodológicos de cunho qualitativo, realizando um estudo bibliográfico. A revisão literária é a etapa em que se realiza a busca, análise e descrição de um conjunto de conhecimentos com o objetivo de responder a uma pergunta específica. Dentre as formas de revisão bibliográfica está a revisão narrativa. A "revisão narrativa" difere ao não empregar critérios explícitos e sistemáticos na busca e análise crítica da literatura. A pesquisa por estudos não é obrigada a abranger todas as fontes disponíveis, e não são utilizadas estratégias de busca complexas e abrangentes. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem depender da subjetividade dos autores. Essa abordagem é apropriada para embasar teoricamente artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de cursos (Sasseron; Carvalho, 2011). A pesquisa foi realizada com as palavras-chave: Direito da família, Guarda e Adoção e Psicologia jurídica. As plataformas utilizadas para pesquisa dos artigos foram as plataformas online SciELO, Medline e Lilacs.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Psicologia Jurídica desempenha um papel fundamental no contexto das Varas de Família, onde questões relacionadas a casamentos, divórcios, guarda de filhos, pensão alimentícia e outros assuntos familiares são frequentemente tratadas. A atuação do psicólogo nessa área é crucial para ajudar a compreender e lidar com as complexidades emocionais e sociais envolvidas nas disputas familiares (Pinheiro, 2019).



O psicólogo deu início às suas atividades nas Varas de Família como um perito. Como mencionado anteriormente, na década de 1970 (século XX), passou a ser requisitado para emitir pareceres em casos que envolviam questões de guarda e regulamentação de visitas de filhos. Em princípio, todos os psicólogos são potencialmente considerados peritos, uma vez que qualquer profissional registrado em seu órgão de classe e com a devida qualificação técnica para responder a questões legais pode ser considerado um especialista, ou seja, é reconhecido como perito em assuntos relacionados à Psicologia. Não é estritamente necessário ter formação específica em psicologia forense, embora isso possa conferir maior credibilidade aos relatórios periciais (Silva, 2013).

No início, os psicólogos das Varas de Família eram principalmente solicitados para realizar perícias, mas ao longo do tempo, começaram a receber solicitações para acompanhar casos e realizar intervenções que gradualmente definiram um estilo de atuação mais amplo e envolvente (Maia, 2015). É possível afirmar que essa mudança foi bem recebida pelos juízes, muitos dos quais, inicialmente, não estavam familiarizados com as diversas maneiras pelas quais os psicólogos poderiam contribuir. Para o sistema judiciário, o trabalho dos psicólogos é considerado importante e válido quando ajuda os juízes a esclarecer suas dúvidas e a ter uma compreensão mais profunda dos aspectos psicológicos envolvidos em cada caso (Pinheiro, 2019).

A conexão entre o direito e a psicologia se torna especialmente evidente quando se trata de situações reais que envolvem a guarda de crianças e processos de adoção. Em ambas as circunstâncias, é absolutamente essencial investigar a dinâmica familiar, as interações entre os membros da família, a distribuição de responsabilidades, e assim por diante. A análise psicológica, conduzida por meio do processo de psicodiagnóstico (abrangendo entrevistas, revisão de documentos legais, observações e a administração de testes psicológicos), tem como finalidade identificar elementos que possam fornecer subsídios ao juiz na tomada de decisões (Silva, 2013).

Um aspecto importante da atuação do psicólogo nas Varas de Família é a prestação de apoio emocional às partes envolvidas. Muitas vezes, as disputas familiares podem causar estresse, ansiedade e sofrimento emocional. O psicólogo oferece um espaço seguro para que as pessoas expressem suas emoções, compreendam seus sentimentos e desenvolvam estratégias para lidar com o impacto emocional da situação. Isso é especialmente importante quando há crianças envolvidas, pois sua estabilidade emocional é uma preocupação primordial (Pinheiro, 2019). Maia (2015) destaca que devido às transformações que as famílias têm experimentado, como o aumento de divórcios, recasamentos, adoções por pessoas solteiras, uniões homoafetivas, entre outras mudanças, é crucial direcionar uma atenção especial para as pesquisas relacionadas aos papéis e responsabilidades dos pais, questões de filiação, parentalidade e concepções sobre o casamento.

Para um psicólogo jurídico que atua no tribunal, é essencial compreender a ampla gama de percepções e internalizações que crianças e adolescentes têm em relação às suas figuras parentais. Nesse contexto, as técnicas de avaliação desempenham um papel fundamental na melhoria da capacidade de análise psicodiagnóstica. No entanto, é importante abordar essas técnicas com humildade, uma vez que, a avaliação é uma tarefa desafiadora e, ao mesmo tempo, limitada e imprecisa quando se trata de resumir toda a complexidade do comportamento humano (Silva, 2013).

Entretanto, é crucial ressaltar que o olhar investigativo não se limita à mera curiosidade científica; ele se estende à análise e consideração da realidade concreta em questão. Isso é de extrema importância, pois fornece insights sobre a verdadeira natureza das figuras parentais na vida da criança, permitindo avaliar se representam ou não alguma forma de potencial ameaça



ou risco para o seu desenvolvimento físico e emocional (Maia, 2015). Nesse contexto, o papel do psicólogo jurídico se torna essencial. Quando o psicólogo perito identifica sinais de alienação parental, é crucial que ele informe as partes envolvidas sobre os possíveis danos que a criança pode sofrer e enfatize a importância de encontrar um equilíbrio para minimizar esses prejuízos (Pinheiro, 2019).

A Psicologia Jurídica nas Varas de Família desempenha, assim, um papel fundamental na busca por soluções justas e equitativas em disputas familiares. O psicólogo atua como um facilitador da justiça, fornecendo informações e apoio emocional, ajudando a minimizar os danos causados pelo conflito e promovendo o bem-estar das partes envolvidas, em especial das crianças. Essa colaboração entre a Psicologia e o Direito é essencial para garantir que as decisões judiciais levem em consideração não apenas os aspectos legais, mas também as necessidades emocionais e psicológicas das famílias envolvidas (Soares et al., 2022).

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho destaca que a atuação do Psicólogo Jurídico no Direito da Família desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar das famílias e na melhoria do sistema judiciário. Suas contribuições incluem avaliações psicológicas, mediação de conflitos e apoio emocional. No entanto, também existem desafios, como o conflito entre objetivos legais e psicológicos, a necessidade de manter a imparcialidade e as desigualdades no acesso aos serviços psicológicos. A pesquisa contínua e o aprimoramento das práticas são essenciais para maximizar os benefícios e abordar os desafios associados à atuação do psicólogo jurídico no Direito da Família.

REFERÊNCIAS

- LAGO, V. D. M. et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de psicologia**, p. 484-491, Campinas, 2009.
- MAIA, C. Y. M. **A Psicologia Jurídica atuando junto ao Direito de Família**. Cabedelo: IESP, 2015.
- PINHEIRO, C. **Manual de Psicologia Jurídica**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- SANTOS, M. E. P. dos; NASCIMENTO, J. S. do. A Importância Da Atuação Do Psicólogo Jurídico Nas Varas De Família: Uma Experiência De Estágio Básico Em Psicologia Jurídica. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.51, 2021.
- SASSERON, L. H.; CARVALHO, A. M. P. de. Alfabetização Científica: Uma Revisão Bibliográfica. **Investigações Em Ensino De Ciências**, v. 16, n. 1, p. 59-77, 2011.
- SILVA, E. Z. M. da. Psicologia Jurídica: um Percurso nas Varas de Família do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Psicologia Ciência E Profissão**, vol. 33, n. 4, p. 902-917, 2013.
- SOARES, L. C. E. C. et al. **Psicologia Social Jurídica: Articulações de Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão no Brasil**. Porto Alegre: **Abrapso**, 2022.